5 — Formalização da candidatura:

a) A candidatura deve ser formalizada através de requerimento dirigido à Secretária-Geral do Ministério da Saúde, entregue pessoalmente (entre as 09:30 e as 12:30 horas e as 14:30 e as 16:30 horas), ou por correio registado, com aviso de receção, para Secretária-Geral do Ministério da Saúde, Av. João Crisóstomo, n.º 9, 2.º andar, 1049-062 Lisboa, com a indicação: Recrutamento por mobilidade para assistente técnico.

b) O requerimento deve ser acompanhado dos seguintes documentos:

Um exemplar do *curriculum vitae*, atualizado, datado e assinado; Fotocópia simples do Bilhete de Identidade ou do Cartão de Cidadão.

6 — Seleção dos candidatos:

A seleção será feita com base na análise do *curriculum vitae*, complementada com entrevista.

10 de julho de 2017. — A Secretária-Geral, *Sandra Cavaca*.
310626499

ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 6290/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a licenciada Leonor Margarida Bettencourt Nunes para exercer as funções de adjunta no meu gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 17 de julho de 2017.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

4 de julho de 2017. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Leonor Margarida Bettencourt Nunes.
Data de nascimento: 24 de fevereiro de 1989.
Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

2012: LL.M em Direito Europeu, pelo King's College of London;
2011: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Entre 2016 e 2017: Advogada, na Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, na equipa de Direito Europeu e da Concorrência;

Entre 2013 e 2016: Advogada Estagiária, na Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados, nas equipas de Direito Europeu e da Concorrência e de Direito Comercial e Societário;

Entre março e agosto de 2013: Advogada Estagiária, na Freshfields Bruckhaus Deringer LLP, em Bruxelas, no Departamento de Direito Europeu, da Concorrência e Comércio Internacional;

Entre agosto e dezembro de 2012: Estagiária, na Comissão Europeia, na Direção-Geral de Concorrência, na área de Concentrações, unidade de Indústrias Básicas, Agricultura e Manufatura.

310630701

Despacho n.º 6291/2017

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista no meu gabinete, no âmbito das respetivas habilitações e qualificações profissionais, o bacharel Paulo Jorge Rodrigues Jerónimo, trabalhador da RTP — Rádio e Televisão de Portugal, S. A.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é o dos adjuntos.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de julho de 2017.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

4 de julho de 2017. — O Ministro da Economia, *Manuel de Herédia Caldeira Cabral*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Paulo Jorge Rodrigues Jerónimo.
Data de nascimento: 28 de março de 1969.
Nacionalidade: portuguesa.

2 — Habilitações académicas:

2007: Pós-Graduação em Economia e Finanças, pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto;

1999: Frequência da Pós-Graduação em Direito da Comunicação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

1995: Bacharelato em Jornalismo, pela Escola Superior de Jornalismo;

1995: Curso Gestão Recursos Humanos, pela Associação Nacional de Jovens Empresários;

1987: Curso de Jornalista de Rádios Locais, pelo Centro de Formação de Jornalistas.

3 — Experiência profissional:

Entre 2004 e 2017, Jornalista-Redator, na RTP — Rádio e Televisão de Portugal, S. A. (RTP);

Entre 2000 e 2004: Subdiretor de Informação, no Centro de Emissão Regional de Coimbra da RTP;

Entre 1997 e 2000: Coordenador de Informação, no Centro de Emissão Regional de Coimbra da RTP;

Entre 1992 e 1997: Jornalista, na RTP;

Entre 1989 e 1993: Jornalista/Editor, na Rádio Nova (Porto).

310630653

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8073/2017

Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público, que por meu despacho de 29 de junho de 2017, com dispensa do prazo previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, foi autorizada, a seu pedido, a cessação da comissão de serviço do cargo de direção intermédia de 2.º grau como Chefe de Divisão de Acompanhamento e Controlo Orçamental, da Direção de Serviços Financeiros desta Secretaria-Geral, do licenciado José Manuel Domingues Quaresma, com efeitos a 1 de julho de 2017.

30 de junho de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

310631211

Despacho n.º 6292/2017

Considerando que o Decreto-Lei n.º 76/2015, de 12 de maio definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Economia;

Considerando que no desenvolvimento daquele decreto-lei, a Portaria n.º 287/2015, de 16 de setembro, determinou a estrutura nuclear da SGME e estabeleceu o número máximo de unidades flexíveis e matriciais do serviço e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares;

Considerando que, por meu Despacho n.º 15356/2016, de 15 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de dezembro, foi extinta a Divisão de Planeamento e Formação e criada a Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica;

Considerando que o n.º 1 do seu artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição, em caso de vacatura de lugar;

Assim,

1 — Designo, em regime de substituição, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação, atual, para o cargo de Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Estratégica, cargo de direção intermédia de 2.º grau desta Secretaria-Geral, a mestre Regina Maria Esteves Pimenta.

A designada possui o perfil, experiência e conhecimentos adequados à prossecução das atribuições e objetivos da unidade orgânica em causa e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme evidenciado pela nota curricular anexa ao presente despacho.

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro e posteriores alterações, a designada fica autorizada a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2017.

7 de julho de 2017. — A Secretária-Geral, *Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás*.

Plataforma Colaborativa dos Equipamentos Públicos de Utilização Coletiva (GEOEQUIP);
Plataforma Colaborativa Servidões e Restrições de Utilidades Pública (SRUP);
Plataforma Colaborativa Dados Geográficos Abertos (IGEO);
Observatório do Ordenamento Território da Ponte Vasco da Gama.

Na Atividade Privada, destacam-se:

Conceção de projetos nacionais e internacionais;
Direção Técnica de projetos.

Nomeações e representações:

Mais de 30 nomeações/representações em grupos de trabalho/comissões/projetos nacionais e internacionais.

Mais de 50 participações como autora de comunicações em congressos nacionais e internacionais.

310627316

ANEXO

Nota curricular de Regina Maria Esteves Pimenta

1 — Dados Pessoais:

Regina Maria Esteves Pimenta, nascida em 22/07/1967.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Geográfica, 1992, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, Portugal;

Mestrado em Engenharia Civil — Especialização Engenharia Urbana, 1997, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, Portugal;

Pós-Graduação em Gestão de Projetos/ Mestrado Executivo em Gestão de Projetos, 2011, INDEG, Business School, Portugal;

Pós-Graduação Informática e telecomunicações, 1993, INESC/CIT-COM (Grupo France Telecom);

Formação em Gestão Pública (FORGEP) 2.ª Edição de 2007, em Oeiras. Curso para o desempenho dos cargos de direção intermédia nos serviços e organismos da Administração Pública.

3 — Atividade profissional:

Ingresso na Administração Pública em 18 de outubro de 1993, tendo exercido os seguintes cargos de direção intermédia:

Chefe de Divisão de Ordenamento e Planeamento do Território (DOPT) na Direção Geral do Território, 2012 a 2014;

Diretora de Serviços de Informação Territorial (DSIT) na Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007 a 2012;

Chefe de Divisão de Informação na Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007;

Diretora de Serviço do Gabinete Técnico da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar da Região Autónoma dos Açores — 2005 a 2007;

Chefe de Estrutura de Projeto “Observatório do Ordenamento do Território das Zonas Influenciadas pela Nova Travessia do Tejo — Ponte Vasco da Gama”, 1999 a 2001;

Chefe de Divisão de Finanças Locais na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — 1999. Em regime de licença sem remuneração e na Atividade Privada (2014 a 2016);

Diretora Técnica e Gestora de Projeto, referente a projeto internacional relativo à Regularização e Legalização Património Habitacional do Estado — Angola.

4 — Experiência profissional:

Coordenação, gestão e desenvolvimento de projetos;

Ao longo dos 20 anos de experiência profissional, tem exercido funções de coordenação, gestão e desenvolvimento de projetos no domínio da modernização administrativa nas áreas do ambiente, ordenamento do território e do urbanismo, sendo de destacar Atividade Pública:

Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT);

Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de IGT (SSAIGT);

Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Portal OT/U);

Portal da Direção Geral do Território;

Plataforma colaborativa Instrumentos de Gestão Territorial Em Curso (PCGT/PEC);

Direção-Geral de Energia e Geologia

Édito n.º 184/2017

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, estará patente na Direção Geral de Energia e Geologia, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208 (Edifício St.ª Maria), 1069 203 Lisboa, e nas secretarias das Câmaras Municipais dos concelhos de Silves, Albufeira, Loulé, São Brás de Alportel, Tavira e Faro, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de 15 dias, a contar da data da publicação deste édito no “*Diário da República*”, o projeto apresentado pela empresa REN — Rede Elétrica Nacional, S. A., a que se refere o processo El 1.0/67659, da seguinte instalação elétrica:

Linha aérea a 150 kV, Tunes Estoi, constituída por três troços, o primeiro da subestação de Tunes ao apoio n.º 70, na extensão de 29.926 m, o segundo do apoio n.º 70 ao apoio n.º 109, na extensão de 17.258 m e o terceiro do apoio n.º 109 à subestação de Estoi, na extensão de 6.879 m.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes na referida Direção-Geral ou na secretaria daquelas Câmaras Municipais, dentro do citado prazo.

6 de julho de 2017. — O Diretor-Geral, *Mário Jorge Ferreira Guedes*.
310623047

AMBIENTE E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 691/2017

Considerando que:

O Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 78/2015, de 13 de maio, aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, alterada pela Portaria n.º 276/2015, de 10 de setembro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela Deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro [alterada pela Deliberação n.º 1823/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 195, de 9 de outubro de 2013, e pela Deliberação (extrato) n.º 1069/2015, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 110, de 8 de junho de 2015], bem como pela Deliberação n.º 1122/2013, alterada pela Deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

A nomeação do Eng.º Rui Manuel Felizardo Pombo para o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do ICNF, I. P., o qual exercia o cargo de Chefe da Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização do DCNF-LVT, torna necessário nomear o dirigente da Divisão de Gestão Operacional e Fiscalização daquele Departamento, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços;